



## MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 143/2025-P

Dois Córregos, 05 de dezembro de 2025.

Senhora Presidente,

Com as homenagens devidas, estamos encaminhando, para apreciação dessa Egrégia Casa, o projeto de lei que **“ALTERA O ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.074, DE 1º DE ABRIL DE 2015, PARA INCLUIR O § 3º, QUE DISPÕE SOBRE O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS”**.

A presente proposta tem por finalidade autorizar a concessão de vale-alimentação aos membros do Conselho Tutelar do Município de Dois Córregos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), pela Lei Municipal nº 4.074/2015 e demais normativos correlatos.

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, essencial à garantia dos direitos da criança e do adolescente, exercendo atividades contínuas, inclusive em regime de plantão, sob demanda emergencial, e frequentemente em horários estendidos e fora da jornada administrativa convencional.

Diante dessa natureza de funcionamento, a previsão de benefício de vale-alimentação aos seus membros representa medida de reconhecimento institucional, além de assegurar condições mínimas para o exercício adequado e ininterrupto das funções, valorizando o trabalho desempenhado e fortalecendo a política municipal de proteção integral.



## **MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

Registre-se que o benefício não possui caráter remuneratório, tratando-se de parcela indenizatória destinada ao custeio de despesas básicas de alimentação durante o desempenho das atribuições do cargo, alinhando-se ao tratamento já conferido aos servidores públicos municipais que recebem benefício semelhante, observados os limites legais.

A concessão também segue orientação de diversos órgãos de controle, que entendem como legítima e adequada a previsão de vale-alimentação aos conselheiros tutelares, desde que fixada por lei municipal específica, com critérios claros e proporcionalidade. Ademais, o valor proposto, limitado a até 50% do montante concedido aos demais servidores públicos municipais, preserva o equilíbrio financeiro e atende ao princípio da razoabilidade.

Assim, e com essas ponderações, nada mais havendo para a oportunidade, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência e Nobres Pares protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente.

  
**ALCEU ANTONIO MAZZIERO**  
**- Prefeito Municipal -**

**Excelentíssima Senhora**  
**ELAINE SCARPIM NAIS**  
**MD. Presidente da Câmara Municipal de**  
**DOIS CÓRREGOS - SP.**



## MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS ESTADO DE SÃO PAULO

### PROJETO DE LEI Nº 143/2025

**Altera o Art. 17 da Lei Municipal nº 4.074, de 1º de abril de 2015, para incluir o § 3º, que dispõe sobre o auxílio alimentação aos membros do Conselho Tutelar do Município de Dois Córregos.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS, Estado de São Paulo, na forma do disposto no inciso III do Art. 48 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Inclui-se no art. 17 da Lei Municipal n. 4.074, de 1º de abril de 2015, o § 3º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“§ 3º Fica garantido aos membros do Conselho Tutelar do Município de Dois Córregos o direito ao recebimento mensal de auxílio alimentação, limitado a até 50% (cinquenta por cento) do valor concedido aos servidores públicos municipais.”**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Dois Córregos, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e vinte e cinco.

  
**ALCEU ANTONIO MAZZIERO**  
- Prefeito Municipal -

